JUVENTUDE E EXPERIMENTAÇÃO DO TECIDO URBANO

Letícia Barros Palma da Rosa
Mestranda em Serviço Social - UFJF
leticiabpr@yahoo.com.br

Michelle Neves Capuchinho
Mestranda em Serviço Social - UFJF
milkisjf@hotmail.com

RESUMO
O presente artigo apresenta uma breve discussão a respeito da relação da juventude com a cidade, tendo como mediação a categoria território e a ocupação do tecido urbano pelas diferentes classes sociais. Para tanto, realiza um debate acerca do entendimento e das condições da juventude na atualidade, além de uma problematização sobre a formação do espaço urbano. A partir de uma pesquisa realizada pela Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, na qual as autoras desse artigo tiveram participação, são apresentadas e analisadas falas de jovens entrevistados a fim de perceber como os mesmos se apropriam do espaço da cidade. A análise se baseia na consideração de como os jovens ocupam o espaço social e vivenciam as contradições que permeiam as relações sociais.
Palavras-chave: Juventude, território e cidade.

ABSTRACT
This article presents a brief discussion about the relationship between the youth and the city, being mediated by the category of territory and the occupation of the urban fabric by different social classes. To do so, a debate is held about the understanding and the conditions of today's youth, besides questioning the formation of the urban space. From a research conducted by the Faculdade de Serviço Social in the Universidade Federal de Juiz de Fora, in which the authors of this article were active, speeches from the interviewed youth are presented and analyzed so we can realize how they take part in the urban spaces. The analysis is based on how the young people take place in the social space and live the contradictions that circle the social relations.
Key-words: Youth, territory and city.

O presente artigo apresenta uma breve discussão a respeito da relação entre os jovens e as cidades, tendo como mediação a categoria território e a ocupação do tecido urbano pelas diferentes classes sociais. Para tanto, será realizado um debate acerca da juventude na atualidade, além de uma problematização sobre a formação do território urbano, considerando como os jovens dentro de todas as contradições

existentes ocupam um espaço social dentro das relações sociais.

No intuito de contribuir com a análise, será utilizada uma pesquisa, na qual as autoras desse artigo tiveram participação, que foi realizada por meio da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (com incentivo da Fapemig) que estudou parte da juventude desta cidade. Serão apresentadas e discutidas falas de jovens entrevistados a fim de perceber como os mesmos se apropriam da cidade. A análise se baseia na consideração de como os jovens ocupam o espaço social e vivenciam as contradições que permeiam as relações sociais, vivenciando diferentes formas de sociabilidade delimitadas pela ocupação do território.

Os estudos sobre a sociologia da juventude no Brasil datam dos anos 1960/1970 e foram marcados pela obra de Marialice Foracchi[1], cuja contribuição permanece central até os dias de hoje. O estudo da sociologia da juventude demonstra, como afirma Cassab (2008), que os jovens da década de 1960 e parte da década de 1970 eram caracterizados como revolucionários, violentos e vanguardistas, como a geração da contestação, sendo reprimidos pelo Estado. Na década de 1980 a centralidade da discussão residia na criminalidade juvenil e em sua inserção no mercado de trabalho, ao passo que na década de 1990 já se passa a perceber a juventude sob o viés do individualismo, o que se ampliou nos anos 2000.

A produção acerca da juventude se expande mais largamente na década de 1990 e é nesse momento que a discussão para a definição dessa categoria e o direcionamento de políticas voltadas à juventude se desenvolvem de forma mais ampla.

Caracterizada por Sposito (2003) como um período de transição entre a infância e a idade adulta, a juventude, embora ancorada em seus fenômenos físicos e psicológicos, não se trata de uma simples transição natural, mas sim, como afirma Peralva (1997), é constituída por componentes sociais e históricos. Assim, essa última autora considera juventude como condição social e um tipo de representação.

Nessa mesma direção, Pais (1993) afirma que o jovem deve ser apreendido como uma construção social. Apesar de marcadas, principalmente, por indivíduos

[1]A reflexão sociológica sobre juventude no Brasil nos anos 1960 ocupa-se em estudar a ação política da juventude. Autores como Foracchi (1972) e Octavio Ianni (1968) são pioneiros nessa linha investigativa. Grande destaque é dado à obra de Forachhi, “A juventude na sociedade moderna”.

pertencentes a uma determinada fase da vida, as trajetórias juvenis devem ser entendidas como movimento e processo. O mesmo autor afirma a não existência de uma forma única de transição para a vida adulta, assim como não há apenas uma única forma de ser jovem. Como ele mesmo explicita, se comparada a outras gerações, a juventude apresenta-se como um conjunto homogêneo. Se analisada, porém, no interior de si mesma, enquanto uma geração formada por atores que possuem atributos sociais diferenciados uns dos outros, percebe-se a mesma como um grupo heterogêneo.

Complementando essa discussão Dayrell (2003) - outro autor que compreende o jovem na perspectiva de sujeito social, como ator que constrói, ele próprio, um modo de ser jovem – defende que não se deve restringir-se ao conceito de juventude, mas ampliá-lo para "juventudes".

Para compreender as diversas "juventudes" deve-se considerar as diferentes características como idade, sexo, condição econômica da família e até mesmo a região de domicílio do jovem. Isso porque, além dos estereótipos relacionados à renda e ao pertencimento de classe, algumas regiões são estigmatizadas, o que influencia fortemente os jovens moradores de suas áreas. Nesse sentido, o espaço e o território demarcam as experiências juvenis.

Quando se discute juventude urbana é fundamental refletir como as cidades se estruturam, se organizam e influenciam a formação dos sujeitos pela conformação do espaço. Com a emergência do período industrial e sua burguesia, concomitantemente à instauração do capitalismo concorrencial, a cidade se configura como uma forma de organização central para atender as demandas do capitalismo, por promover a centralização da produção e reprodução de relações sociais, formando uma cultura característica dos espaços urbanos. A sociedade moderna tem como característica a industrialização. A cidade, tal como a fábrica, permite a concentração dos meios de produção num pequeno espaço: ferramentas, matérias-primas, mão-de-obra.

A ocupação da cidade é permeada pelo conflito entre a classe trabalhadora e os proprietários dos meios de produção, tendo o Estado como gerenciador das relações entre as classes sociais, apesar de ele se caracterizar historicamente pela execução de políticas que favorecem as classes dominantes. Dessa forma, a

segregação sócio-espacial reserva espaços cada vez menores e mais precarizados para a classe trabalhadora.

Sob essa realidade, a juventude advinda dessa classe se encontra condicionada a restritos territórios que cerceiam suas relações. As necessidades juvenis, que se encontram desde a ocupação do espaço para a construção de suas subjetividades, até questões objetivas, como a demanda por moradias na perspectiva de constituição familiar, se concretizam no espaço.

Muitas vezes, no entanto, os direitos são desconhecidos da trabalhadora, restringindo-se àqueles que detêm o conhecimento e não sendo usufruídos na cotidianidade dos sujeitos sociais. Direitos como direito ao trabalho, à instrução, à educação, à saúde, à habitação e ao lazer, por exemplo, ao serem reconhecidos e realmente respeitados, proporcionariam a possibilidade de uma realidade social diversa.

> Entre esses direitos em formação figura o direito à cidade (não à cidade arcaica, mas à vida urbana, à centralidade renovada, aos locais de encontro e de trocas, aos ritmos de vida e empregos do tempo que permitem o uso pleno e inteiro desses momentos e locais etc.) (LEFEBVRE, 2001:139).

Nesse sentido, a discussão sobre território é imprescindível para apreender o processo de urbanização e suas implicações sobre o espaço e sua apropriação, já que este é intensamente caracterizado pela desigualdade e por contradições.

Milton Santos (2003) afirma que “a cultura é sinônimo de território”, o que leva à compreensão de que a cultura específica do espaço urbano se altera de acordo com as classes sociais que ocupam o território. Jovens de diferentes classes possuem culturas distintas, vivenciando situações de exclusão social e desigualdades de forma diversa, tanto em relação às condições de trabalho, educação, lazer quanto a outros determinantes. O autor ainda complementa a discussão afirmando que território é “um campo de forças, como lugar do exercício de dialéticas e contradições entre o vertical e o horizontal, entre o Estado e o mercado, entre o uso econômico e o uso social dos recursos”, afirmando que a ação política se dá no espaço, exprimindo todo o complexo da assimetria de classes.

Para se pensar a configuração do espaço tanto urbano quanto rural, utiliza-se do conceito de território. O modo de produção e as relações sociais expressam seus conflitos e suas contradições no espaço, o que o torna um vetor importante na

compreensão do capitalismo e não apenas um mero pano de fundo dos conflitos de classe. Assim, os jovens são marcados por experiências que são vivenciadas no espaço.

Ao contrário de um suposto processo de "exclusão social", o que realmente ocorre é um processo de segregação espacial. A ocupação determinada do espaço é feita de forma intencional e possui uma funcionalidade. O processo de desenvolvimento capitalista desenvolve mecanismos que mantêm e perpetuam a ordem, utilizando da apropriação do território cada vez mais intensa. O espaço é considerado mercadoria e os conflitos de classe são naturalizados, concomitantemente a um processo ideológico que busca encobrir as desigualdades e maquia a pobreza.

A concentração de equipamentos sociais e serviços públicos, que possuem valor de uso coletivo, é uma característica das cidades capitalistas, sendo uma forma de concentrar os meios de produção e a força de trabalho, constituindo-se na estrutura mínima para a reprodução dos mesmos.

Efeitos contraditórios são marcas da segregação sócio-espacial determinada pelo modo de produção capitalista, que tem como elemento central o valor de troca, por ser uma das principais formas que o capital encontra para se beneficiar da ocupação do território para sua acumulação.

A intervenção do poder público é também uma forma de ordenamento da dinâmica urbana, por meio de políticas. Marques (2005) apresenta uma divisão relativa às políticas sociais que o Estado propõe e implementa sobre o espaço urbano. O primeiro grupo se refere às políticas estatais "sobre o ambiente construído", no qual se filiariam àquelas "políticas urbanas propriamente ditas, como a legislação urbanística, e o planejamento territorial, as políticas de construção de infra-estrutura, habitação, transportes, limpeza urbana, etc." (MARQUES, 2005:50).

Já o segundo grupo, que diz respeito às políticas sociais "organizadas espacialmente", refere-se àquelas políticas sociais básicas, como saúde, educação e assistência social.

Demais políticas públicas – que talvez não necessariamente sejam vinculadas à questão do espaço – podem também adquirir caráter de políticas organizadas espacialmente, como por exemplo, em casos em que sua atuação ou público-alvo refira-se a determinado território. É importante destacar que esses tipos de políticas

aqui diferenciadas em grupos podem e devem se inter-relacionar, reduzindo a segregação e promovendo mobilidade espacial.

Marques (2005) explicita que políticas de regulação de usos do solo, assim como as legislações urbanísticas, tendem a aumentar a segregação, mas que podem da mesma forma restringi-la em seu desenvolvimento. O autor exemplifica, como ação do Estado, o incentivo a construções de loteamentos socialmente homogêneos em áreas periféricas da cidade e desprovidas de equipamentos sociais de qualidade, reforçando a segregação.

Assim, percebe-se que através das políticas urbanas o poder público intervém na dinâmica da cidade, estando relacionada à queda da taxa de lucro, agravada de modo contundente na crise atual do capitalismo internacional. No entanto, é preciso também considerar que as políticas urbanas são fruto de lutas sociais desenvolvidas pelos trabalhadores. As transformações no espaço são constantes e sentidas com mais ênfase no urbano. O efêmero no urbano é algo cotidianamente sentido e presenciado, a paisagem muda com muita freqüência.

O território, portanto, não é apenas condição da ação tática e estratégica. Manifesta, ao contrário, outras dimensões da experiência humana, envolvidas no propósito teórico-político de apreensão da totalidade concreta. O conflito entre classes perpassa as desigualdades regionais diferenciando segmentos sociais em espaços distintos, sendo dimensões que devem ser relacionadas aos processos nos diferentes espaços geográficos.

“A ação é portadora do tempo na própria espacialidade das técnicas, na medida em que manifesta, no mesmo movimento prático e político, as condições historicamente herdadas e o projeto da sua transformação” (RIBEIRO, 2003:31). A partir de tais compreensões, é importante a apreensão do território enquanto uma forma de poder. As contribuições de Milton Santos, que entende que o território possui uma dimensão de ação e movimento, são de grande relevância nessa discussão. A categoria assim é re-valorizada e, de acordo com Santos, pode-se pensar em práxis social.

Para além da consideração da história, pensar a questão do espaço é imprescindível para o entendimento das relações dialéticas entre o social e o material, com variações e singularidades em espaço e tempo.

A cidade é o espaço da produção e da reprodução. No processo de construção de suas subjetividades, a juventude assume faces diferentes de acordo com as condições materiais e culturais que a cercam, de acordo com o território em que se encontra. Assim, a relação que se estabelece entre jovens e cidade resguarda a realidade dos jovens pobres, que têm uma restrita mobilidade pela cidade provocada por condições objetivas e simbólicas. A posição desses jovens no tecido urbano espelha a desigualdade das relações sociais, que ocasionam formas e possibilidades diferenciadas na apropriação do espaço urbano.

Desta forma a apropriação do espaço pelos jovens que vivem nas cidades, principalmente, não se dá de forma homogênea, assim como a juventude, não o é. O espaço é vivenciado de diferentes formas pelas "juventudes".

É nesse espaço da cidade desigual que os jovens se constroem, criam suas estratégias, conhecem e convivem com realidades diferenciadas, têm a possibilidade de perceber as contradições e, quando possível, projetam suas ações.

A partir do entendimento da importância do espaço na construção das formas de vida da juventude e entendendo a cidade como espaço de produção e reprodução das relações sociais, torna-se possível a realização da análise aqui proposta. A pesquisa "Jovens pobres: de quem se fala?" realizada por um grupo de pesquisa da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora objetivou a construção da categoria jovens pobres, referenciada nos conceitos de geração e posição de classe, reprodução da pobreza e território.

O processo metodológico dessa pesquisa se iniciou por meio do levantamento e leitura da produção sociológica brasileira sobre a juventude, dos anos 1950 até 2008, examinada a partir de categorias empíricas determinadas, sendo elas: educação, cidade, trabalho, ação política, políticas públicas, meios e sociabilidades.

Após essa apropriação, foi realizado o trabalho de campo no qual, através de entrevistas semi-estruturadas, a equipe entrou em contato com jovens em diferentes situações sociais (estudantes do Ensino Fundamental, Médio, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – EJA e Superior, trabalhadores com carteira assinada, trabalhadores do mercado informal, desempregados, em serviço militar obrigatório, moradores de periferias, jovens participantes de programas/projetos sociais, entre outros). Foram realizadas 78 entrevistas individuais e desenvolvidos 13 grupos de discussão.

No que se refere à cidade, buscou-se identificar os locais que esses jovens costumam freqüentar, assim como as atividades que os mesmos realizam nesses espaços. No que tange ao uso dos serviços públicos, foram questionados a respeito da utilização destes e da disponibilidade e freqüência de uso dos mesmos na cidade. Foram consideradas relevantes também as informações a respeito de suas experiências de circulação na cidade e como eles a ocupam. Além disso, os jovens apontaram mudanças que consideravam necessárias na cidade e avaliaram seus locais de moradia.

O objetivo da incorporação dos resultados da pesquisa nesse artigo é utilizá-la como base de análise no que diz respeito a uma das categorias exploradas, a cidade. Serão aqui apresentadas algumas falas e posturas de jovens entrevistados a fim de mostrar a percepção desses sobre o espaço urbano e a apropriação que fazem da cidade.

Uma questão que merece destaque é a relação desenvolvida entre juventude e o bairro. Percebe-se que os locais de mobilidade dessa juventude são restritos, sendo expressivos os depoimentos que destacam que os locais mais freqüentados são a escola e casas de vizinhos ou parentes na mesma localidade em que residem, ou ainda, que não saem de casa: “Não gosto de sair, só fico em casa”; “A gente acostuma ficar aqui, fomos criados aqui”; “Eu trabalho, não tenho muito tempo para sair, no fim de semana descanso”. Essas falas são dos jovens pertencentes a bairros periféricos (Santa Cândida, Monte Verde, Dom Bosco), sem inserção em programas e projetos da prefeitura e UFJF.

Os jovens residentes em bairros mais distantes têm limitações concretas para circular na cidade, havendo vários elementos que contribuem para a territorialização dos mesmos. A forma como a juventude pobre é vista pela sociedade, muitas vezes estigmatizada como violenta e perigosa, contribui para serem desenvolvidas ações que garantam o mínimo de trânsito juvenil nos espaços coletivos, limitando a possibilidade de utilização dos equipamentos públicos.

Em muitos bairros não há investimento em saúde ou lazer. Desta forma, os jovens e suas famílias precisam recorrer a outras localidades em busca deste tipo de atendimento e acesso. Porém, as despesas com transporte são elevadas, já que estes equipamentos ficam muito distantes, exigindo a utilização de até quatro conduções de transporte coletivo, dependendo da localidade. Desta forma, os jovens

tendem a ficar ainda mais territorializados em seus bairros, tendo sua circulação pela cidade condicionada à extrema necessidade.

Por outro lado, o grupo de jovens universitários que participou da pesquisa reclamou da falta do que fazer na cidade quando se trata de lazer: "Em Juiz de Fora não tem muita opção, falta". Nesse sentido, é claramente perceptível uma desigualdade de acesso, devido muitas vezes à precariedade de direitos e informações. A educação proporciona a abertura de novas perspectivas, inclusive no que se refere à utilização de espaços públicos coletivos. As contradições presentes no tecido urbano se tornam mais evidentes, possibilitando uma crítica sobre a oferta e principalmente sobre a falta de opções existentes na cidade.

Um outro jovem, morador do bairro Dom Bosco, um bairro pobre de Juiz de Fora, se refere a um shopping – um dos mais valorizados da cidade – construído perto de sua casa, dizendo que apenas é para "olhar", já que comprar alguma coisa só quando se tem dinheiro. O shopping mais freqüentado pelos jovens entrevistados é um dos que se localizam no centro: "Gosto de ir ao shopping Santa Cruz porque é o mais popular". Desta forma fica explícita a relação de classes, que se materializa no território ocupado.

O shopping referido anteriormente se localiza no bairro Dom Bosco, mas não é freqüentado pelos moradores por ser um espaço "reservado" a uma classe social que não mora no bairro. Os próprios moradores são "expulsos" de seu território, que é invadido pelo investimento do capital que descaracteriza os locais, o que contribui para própria desculturalização da população ali residente, ficando restrita em seu próprio território.

Aí podem ser observadas as conseqüências dos investimentos realizados pelo capital privado e imobiliário, e muitas vezes pelo próprio Estado, através de investimentos públicos em determinados espaços que expulsam parcelas da sociedade, que passam a não mais possuir condições de ali permanecer, devido à valorização ocorrida e à pressão política e ideológica desempenhada nos espaços de interesse privado.

Ao mesmo tempo, é possível perceber certa conformidade, pois quando surge o assunto de que, para ser construído esse mesmo shopping mais valorizado, foi necessária a destruição do campinho do bairro, a resposta foi: "Não tem problema porque a gente tem outro campo lá em cima no bairro".

Quando questionados sobre o uso dos serviços públicos existentes no município, os jovens, em geral, apresentaram respostas restritas, com poucas problematizações referentes à oferta, ao acesso e à qualidade desses serviços. Porém, observaram experiências diferenciadas de uso dos mesmos.

Destaca-se ainda a insignificância que os serviços públicos possuem na vida dos jovens moradores de bairros carentes de infra-estrutura e com equipamentos sociais precários, como o são os bairros Santa Cândida, na região leste do município, e o bairro Dom Bosco, na região central. Os jovens desses bairros não desenvolveram qualquer julgamento a respeito dos serviços existentes ou inexistentes, apresentando-se em sua maioria calados quando questionados sobre o assunto.

Os mecanismos de desigualdade naturalizam a distinção territorial que, muitas vezes, deixa de ser questionada. Nesse sentindo, a restrição espacial dos jovens impossibilita a apropriação da cidade pelos mesmos.

> (...) Esses jovens experimentam pouco a cidade e não vivem as inúmeras possibilidades que ela abre. Seu território usado é restrito, pequeno e significativamente localizado no entorno de seus bairros. Confinados em seus bairros ou em bairros de características semelhantes, esses jovens internalizam e naturalizam sua condição de jovens pobres, inclusive reproduzindo em seus discursos e práticas os mecanismos de desigualdade, distinção e diferenciação a que são submetidos (...). (CASSAB; 2009, p. 171).

Para Milton Santos (1993), a posição financeira do indivíduo adquire significados diversos com a rede urbana, havendo uma situação em que estão presentes relações que variam de um extremo a outro. Existem aqueles que utilizam de todos os recursos presentes e na outra extremidade estão os que são completamente privados, que não possuem condições nem mesmo de levar ao mercado os produtos que produzem.

Para o autor, a periferia leva o indivíduo a condenar-se duas vezes à pobreza, devido ao modelo econômico vigente. O capitalismo coloca em oposição as classes sociais e, consequentemente, limita e segrega os trabalhadores; segmenta-os por meio do mercado de trabalho e das classes sociais, e o modelo territorial corrobora

na delimitação de quem se torna (ou permanece) mais pobre por morar em determinado lugar.

A construção dos sujeitos sociais é profundamente marcada pelas desigualdades territoriais e a juventude é a geração que está se inserindo na vivência coletiva da sociedade e ampliando sua sociabilidade. Sendo assim, essa geração experimenta os impactos das contradições sociais de forma mais aguda.

Apesar desse artigo não desenvolver as demais categorias empíricas analisadas na pesquisa, percebe-se que o conjunto destas perpassa a categoria cidade, já que todas se materializam no espaço urbano, que é caracterizado por efeitos contraditórios e essencialmente marcado pela ocupação das diferentes classes sociais.

Dessa forma, a intervenção do poder público é caracterizada por um ordenamento social, que vai oferecer espaços privilegiados para determinadas classes sociais em detrimento à construção de um espaço homogêneo em relação ao acesso a políticas públicas e equipamentos sociais.

É preponderante nas falas dos jovens entrevistados a insignificância dos serviços públicos. A principal face visível do Estado para os mesmos é a coerção, que se sobressai em relação às demais funções que o Estado desempenha nas áreas mais pobres. No cotidiano da juventude, muitas vezes devido ao estereótipo socialmente construído a seu respeito, as ações de coerção, que visam justamente reprimir qualquer ação juvenil, são bastante expressivas. Assim, vale ressaltar a invisibilidade do jovem enquanto sujeito social, ao passo que estes só são percebidos em sua face “criminosa” e “violenta”, que oferece riscos para sociabilidade urbana.

Ao mesmo tempo em que os jovens são vistos como objeto de repressão por parte do Estado, os mesmos são colocados pela mídia e pelas políticas sociais como o “futuro do país”. Essa “aposta” realizada nessa geração, inclusive pelo Estado, muitas vezes vem no sentido de impedir que os mesmos caiam na criminalidade, tentando ocupar seu tempo disponível, além de pretender também formar mão-de-obra para o capital. Ademais, na maioria das vezes as atividades desenvolvidas pelo Estado não são pensadas a partir dos sujeitos em questão, mas sim construídas por outros que estão distantes das reais demandas juvenis.

A partir dessa compreensão é necessário que sejam proporcionadas à juventude condições de ocupar os espaços da cidade enquanto espaços realmente públicos, pois à medida que os jovens ficam restritos ao seu bairro, suas possibilidades de questionar, vislumbrar perspectivas e formas de vida se restringem, o que está intrinsecamente ligado ao direito de acesso à cidade.

As falas dos jovens demonstram também que estes são impossibilitados de vivenciar o espaço urbano devido à sua condição de classe e à territorialização imposta pela dinâmica de desenvolvimento do capital. Dessa forma, a construção da subjetividade dos jovens é também formada pelas condições objetivas vivenciadas e, tendo seus caminhos e possibilidades condicionados pela sociabilidade construída pelo modelo capitalista, a ocupação do território pela juventude se encontra cada vez mais restrita, o que contribui significativamente para que a pobreza se perpetue enquanto o capital permanece acumulando e se desenvolvendo.

Sendo assim, pode-se concluir que é essencial a apropriação do conjunto da totalidade do espaço urbano pelos jovens, para que os mesmos tenham condições de circular pela cidade, ampliando sua percepção sobre as contradições presentes na estruturação urbana que, sob um olhar mais crítico, são visíveis no tecido social.

Referencial Bibliográfico

ABRAMO, Helena & BRANCO, Pedro (orgs.). **Retratos da Juventude Brasileira**: análise de uma pesquisa nacional. São Paulo: Perseu Abramo, 2005.

CASSAB, M.A.T.; et al. **A juventude como categoria teórica: levantamento de sua configuração na literatura sociológica brasileira (1950-2000)**. In Revista Princípia – Caminhos da Iniciação Científica. V. 01, 2010 (mimeo).

CASSAB, M.A.T.; et al. **De Revolucionários a Violentos:** a Questão da Ação Política da Juventude na Literatura. Juiz de Fora, 2008 (mimeo).

CASSAB, C. **(Re) Construir utopias: jovem, cidade e política.** Tese de doutorado em geografia. Universidade Federal Fluminense; Niterói: [s. n.] 2009. 228 f.

CASSAB, M. A. T. **Jovens pobres e o futuro:** a construção da subjetividade na instabilidade e na incerteza. Niterói: Intertexto, 2001.

DAYRELL, Juarez. **O jovem como sujeito social.** Revista Brasileira de Educação. Campinas, ANPED Nº 24, set-dez, 2003.

FORACCHI, M.M. **A juventude na sociedade moderna**. São Paulo: Pioneira; 1972.

IANNI, Otávio. O jovem Radical. In BRITTO, Sulamita de (org). **SOCIOLOGIA DA JUVENTUDE I,** da Europa de Marx à América Latina de hoje. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1968.

LEFEBVRE, H. **Espaço e política.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LEFEVRE, H**. O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2001.

MADEIRA, Felicia & BERCOVICH, Alicia. **A "Onda Jovem" e seu impacto na População Economicamente Ativa de São Paulo.** Planejamento e políticas públicas. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, n º 8, dezembro, 1992.

MARQUES, E. Elementos conceituais da segregação, da pobreza urbana e da ação do Estado. In: Marques, E. d Torres, H.G. (orgs) **São Paulo: segregação, pobreza urbana e desigualdade social**. São Paulo: Editora do Senac, p. 19-56, 2005.

PAIS, José Machado. **Culturas Juvenis**. Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda. 1993

PERALVA, A. T. (1997), "**O jovem como modelo cultural**". Revista Brasileira de Educação, 5-6: 15-24 (Número especial: "Juventude e contemporaneidade").

POCHMANN, Márcio. **A inserção ocupacional e os empregos dos jovens**. São Paulo: Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, 1998.

RAMOS, M.H. R. Políticas urbanas, conselhos locais e segregação sócio espacial. In: **Metamorfoses sociais e políticas urbanas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

RIBEIRO, A C. T. Cidade e capitalismo periférico em direção à experiência popular. **Margem Esquerda ensaios marxista** n. 12. Boitempo, 2008.

_____.**Urbanidade e vida Metropolitana**. Rio de Janeiro: jobran,1996.

_____. Pequena reflexão sobre categorias da teoria crítica do espaço: território usado, território praticado. In: Souza, Maria Adélia A. de. **Território brasileiro**: usos e abusos. Campinas: Territorial, 2003

SANTOS, M. **O Espaço do cidadão.** 2ª ed. São Paulo: Nobel, 1993.

SANTOS, M. **A urbanização Brasileira**. edição 5°, São Paulo, 2008.

SPOSITO, M. **Os jovens no Brasil: desigualdades multiplicadoras e novas demandas política.** São Paulo: Ação Educativa. 2003